

**AUTOR**

Ângela Cristina  
Salgueiro  
Marques\*

angelasalgueiro@  
gmail.com

\*Doutora em  
Comunicação Social  
pela Universidade  
Federal de Minas  
Gerais (UFMG, Brasil).  
Professora do programa  
de pós-graduação em  
Comunicação Social da  
UFMG.

# O rosto na imagem, a imagem sem rosto: pobreza e precariedade no âmbito de fotografias jornalísticas sobre o programa Bolsa-Família<sup>1</sup>

El rostro en la imagen, la imagen sin rostro: pobreza y precariedad en fotografías  
periodísticas sobre el programa Bolsa-Familia<sup>1</sup>

*The face in the image, the image without face: poverty and precarity in journalistic  
photography about Bolsa-Família Program<sup>1</sup>*

## RESUMO

O objetivo deste texto é refletir acerca da noção de rosto enquanto evidência da vulnerabilidade e vocalização de uma agonia e de uma demanda ética feita pelo outro, implicando-nos em uma relação de responsabilidade. Tal concepção, derivada do pensamento de Emmanuel Lévinas e retomado por Judith Butler, é aqui utilizada como fio condutor da análise de imagens fotoperiodísticas referentes ao programa Bolsa-Família. O corpus da pesquisa conta com um total de 120 imagens, coletadas entre os anos de 2003 e 2015, oriundas de jornais de grande circulação nacional, como *Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo* e *O Globo*. De modo a investigar a dimensão política e ética dessas imagens, elas foram agrupadas em dois eixos principais de significação: a) imagens sem rosto: nelas o rosto não consegue fazer sua aparição ainda que a face humana esteja retratada; b) o rosto na imagem/o rosto da imagem: nelas o rosto se apresenta como um apelo, um chamado que nos é endereçado e nos alerta para a precariedade e vulnerabilidade da vida do outro e da nossa própria vida. Concluímos que, nesses dois conjuntos de imagens, o rosto fala e demanda escuta, ele é uma vocalização do sofrimento, de um lamento e de uma demanda que aproxima a estética da política a partir do modo como as fotografias intervêm na construção de enquadramentos para as relações éticas com a alteridade.

## RESUMEN

El objetivo de este texto es reflexionar sobre la noción de rostro como evidencia de la vulnerabilidad y de la vocalización de una agonía y una demanda ética hecha por el otro, implicándonos en una relación de responsabilidad. Tal concepto, derivado del pensamiento de Emmanuel Lévinas y retomado por Judith Butler, es aquí utilizado como hilo conductor del análisis de imágenes fotoperiodísticas referentes al programa Bolsa-Familia. El corpus de la investigación cuenta con un total de 120 imágenes, recogidas entre los años 2003 y 2015 en periódicos de gran circulación nacional, como *Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo* y *O Globo*. Para investigar la dimensión política y ética de esas imágenes, fueron agrupadas en dos ejes principales de significación: a) imágenes sin rostro: en ellas el rostro no logra hacer su aparición aunque la cara humana esté retratada; b) el rostro en la imagen / el rostro de la imagen: en ellas el rostro se presenta como un llamamiento que nos es dirigido y nos alerta sobre la precariedad y vulnerabilidad de la vida del otro y de nuestra propia vida. Concluimos que, en estos dos conjuntos de imágenes, el rostro habla y demanda ser escuchado, es una vocalización del sufrimiento, de un lamento y de una demanda que aproxima la estética a la política a partir del modo en el que las fotografías intervienen en la construcción de cuadros de interpretación para las relaciones éticas con la alteridad.

## ABSTRACT

The aim of this paper is to produce an analysis grounded on the notion of face understood as a vocalization of an agony and of an ethical demand made by the Other, giving birth to a responsibility relationship. Such concept, derived from the thought of Lévinas and reworked by Butler, is used here to guide the analysis of specific photojournalistic images related to the Bolsa-Familia Program. The corpus of the research has a total of 120 images, assembled between 2003 and 2015 from newspapers of large national distribution, such as *Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo* and *O Globo*. In order to investigate the political and ethical dimensions of these images, they were grouped into two main axes of signification: a) faceless images: the

---

face cannot make its appearance even if human face is portrayed in them; b) the face in the image / the face of the image: in them the face appears as appealing, a call that is addressed to us and make us aware of the precariousness and vulnerability of our lives. We conclude from these two groups of images that the face speaks and requires to be listened, it is a vocalization of a suffering, of a moan and of a demand that creates intersections between aesthetics and politics from the way images intervenes in the framing construction of ethical relations with alterity.

## 1. Introdução

A pobreza no Brasil diminuiu durante os governos do ex-presidente Lula e da ex-presidente Dilma Rousseff, mas esse resultado não considera a persistência de numerosas desigualdades e de políticas que visam ajudar as pessoas pobres de maneira imediata. Sob esse aspecto, o maior dilema que se apresenta na elaboração de programas sociais no Brasil é a ausência de uma linha clara de demarcação entre os direitos e a caridade. Dito de outro modo, esses programas tradicionalmente não levam em consideração a questão da inserção social. Contudo, esse quadro sofreu alterações nos anos recentes: com a criação do Programa Bolsa-Família, em 2003, o ex-presidente Lula buscou privilegiar não só as ações ligadas à solidariedade e à participação cívica, mas também estimulou o trabalho unificado entre governo, estado e município no sentido de promover a autonomia dos beneficiários. Assim, o Programa não se restringe ao repasse de verbas às pessoas, mas conta, em muitos estados brasileiros, com uma rede de apoio local que permite a integração entre assistência social, saúde e educação.

É importante mencionar que o Programa Bolsa-Família foi criado em um contexto nacional particular: no início de 2010, o Brasil experimenta uma redução na taxa de desemprego, um aumento no consumo e no percentual do trabalho com carteira assinada, entre outros efeitos de medidas econômicas e sociais tomadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores (Lautier, 2012). Contudo, como salientam Cabanes et Georges (2014), o aumento geral do consumo encobre um endividamento progressivo da população. As taxas crescentes de formalização do mercado de trabalho não solucionam o problema do baixo nível salarial. O que pode ser chamado de “gestão biopolítica da pobreza”<sup>2</sup> revela as formas pelas quais o Estado estimula o empreendedorismo social, o comércio informal, as atividades “culturais” nas favelas, as políticas sociais no setor da assistência social e as formas de mecenato empresarial.

Apesar de o programa focalizar o bem-estar do núcleo familiar, o cartão magnético destinado ao saque do benefício é feito em nome da mulher que se identifica como “responsável” pelos demais habitantes do domicílio. O presidente Lula justifica essa opção com o seguinte argumento: “Não que as mulheres sejam melhores do que os homens, eu acho que elas têm mais responsabilidade no trato da família”<sup>3</sup> Essa afirmação nos remete ao papel de “cuidadora” exercido pela mãe, ao fato de a mulher ser o principal meio de sustento de famílias pobres e ao “lugar” doméstico estabelecido socialmente para a mulher nas sociedades atuais. Essa constatação é, todavia, negligenciada por atores do governo que argumentavam que a transferência de renda auxilia na emancipação da mulher. Como apontou, na época, a então Secretária Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social, Rosani Cunha, “a preferência pela mulher [para receber a renda do Bolsa-Família] é também uma estratégia de empoderamento feminino, uma afirmação da mulher como ser independente e autônomo”<sup>4</sup>.

Sob esse ângulo, o discurso do governo era de que o benefício seria versado à mulher, pois ela, deste modo poderia alcançar autonomia. E não só a autonomia financeira, mas a autonomia política: que as constitui como sujeitos de fala e de discussão paritária. Por outro lado, todavia, as mulheres beneficiadas, por estarem localizadas nos círculos mais distanciados das arenas deliberativas centrais e por dificilmente serem consideradas como agentes de discurso, se depararam com a falta de abertura às transformações sociais, econômicas e institucionais. Muitas delas são líderes comunitárias com forte influência em suas comunidades e isso deve ser considerado quando refletimos acerca das transformações emancipatórias promovidas pelo programa, sobretudo no âmbito da produção de decisões, escolhas, preferências e julgamentos acerca do modo como definem agir e viver a própria vida (Marques, 2009).

A crítica feminista se preocupa com o impacto da opressão e da dominação nas preferências assumidas e escolhas feitas pelas mulheres (Fraser, 1987). Para Biroli (2012), padrões opressivos

### **PALAVRAS-CHAVE**

Precariedade;  
rosto; imagem  
fotoperiodística;  
estética; política

### **PALABRAS CLAVE**

Precariedad;  
rosto; imagen  
fotoperiodística;  
estética, política

### **KEYWORDS**

Precarity; face;  
photojournalistic  
image; aesthetics;  
politics

### **Recibido:**

01.04.2017

### **Aceptado:**

01.02.2018

de socialização alimentariam uma reprodução da moral fundada na obediência. Assim, seria preciso “avançar na compreensão das possibilidades e limites para o exercício da autonomia em contextos nos quais não há coerção, mas constrangimentos sistemáticos, que podem ser sutis, cotidianos e relacionados a estereótipos que são internalizados pelos indivíduos” (2012, p. 9). A consideração das mulheres como “vítimas sem agência” impede o exame de contextos em que há opressão e internalização/institucionalização de valores, identidades e práticas que permitem que a opressão se mantenha (naturalização de posições desvantajosas). Assimetrias e desigualdades estruturais diversas têm impacto na definição das possibilidades, ambições e escolhas efetivamente disponíveis aos indivíduos. As possibilidades de resignificação da experiência vivida, sem desconsiderar relações de poder, trazem para o centro da reflexão a capacidade de experimentar o próprio corpo como objeto de leis e regras, mas também como protagonista na definição da posição da mulher no mundo. A tensão entre discursos, ideologias e representações hegemônicas e, de outro lado, a singularidade das experiências vividas, corporificadas e narradas dão a ver que não se pode reduzir a zero o poder de agência dos sujeitos.

Mulheres empobrecidas beneficiadas pelo Bolsa-Família, por estarem frequentemente localizadas nos círculos mais distanciados das arenas deliberativas centrais (Marques, 2009) se vêm constantemente diante de vários obstáculos para atingir sua emancipação e autonomia. Associado a essas assimetrias e desigualdades está o fato de que os meios de comunicação definem papéis a serem assumidos pelas beneficiárias, estabelecendo para elas lugares de fala já marcados pela desvalorização e pelo preconceito. Mas apesar da construção de representações redutoras que enfocam as mulheres como vítimas ou como batalhadoras que vencem pelo mérito, é possível identificar várias formas de agência e produção de enunciados que se opõem à precariedade e à opressão.

Neste artigo, procuro observar, a partir de imagens fotojornalísticas produzidas entre os anos de 2003 e 2015 por periódicos brasileiros de grande circulação como *Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo* e *O Globo*, como esses registros capturam e dão visibilidade a corpos e narrativas de mulheres

empobrecidas, de modo a possibilitar ou não a aparição do rosto, ou seja, de um dizer sensível que, embora possa ganhar visibilidade nas imagens, não se reduz a ela.

Ao analisar algumas das imagens fotográficas relacionadas ao Programa Bolsa-Família que integram o corpus de uma pesquisa mais ampla<sup>5</sup>, argumento que uma imagem é política quando deixa entrever as operações que a definem e influenciam na interpretação daquilo que vemos. Essas operações podem ser expressas através das relações que se estabelecem dentro e fora do âmbito artístico, que pre-configuram enunciados, que montam e desmontam operações discursivas e narrativas entre o visível e o invisível, o dizível e o silenciável. Como afirma Rancière, “a imagem não é simplesmente o visível. É o dispositivo por meio do qual esse visível é capturado” (2007, p. 199) e os modos de sua captura. “Ela é uma ação que coloca em cena o visível, um nó entre o visível e o que ele diz, como também entre a palavra e o que ela deixa ver” (Rancière, 2007, p. 207).

Ao associarmos a noção de rosto a processos comunicativos que aproximam estética e política, estamos nos referindo ao rosto definido por Lévinas (1980, 2007) e Butler (2011) como uma relação ética que se configura quando somos implicados por uma reivindicação que nos é endereçada e que requer uma responsabilidade sobre esse outro que nos interpela. O rosto, justamente por tomar forma nesse encontro que mistura acolhimento e repulsa, também traduz aspectos da construção do comum (estar-juntos) e de uma estética entrelaçada à constituição dos sujeitos políticos. Tal abordagem por nós adotada revela o rosto como potência de contato com a alteridade, em uma dimensão ética que requer a escuta da voz e da fala do outro (expressas frequentemente como um clamor agônico de sofrimento).

O rosto de mulheres empobrecidas beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família e enquadradas pela mídia impressa tradicional geralmente desaparece na operação de registro dessas mulheres e de seus espaços de vida. “Nesse caso não podemos escutar o rosto através do rosto, pois ele mascara os sons do sofrimento humano e a proximidade que poderíamos ter com a precariedade da vida” (Butler, 2015, p. 27). Todavia, Butler afirma que uma

representação bem-sucedida do rosto é justamente aquela que falha em capturar o referente e deixa transparecer essa falha, revelando vestígios de humanidade e sofrimento moral (não mera vitimização) nas imagens.

## 2. Percurso metodológico

As análises aqui desenvolvidas foram desdobradas de minha pesquisa de doutorado, na qual avalio, entre os anos de 2003 e 2007, a deliberação sobre o Programa na mídia impressa e televisiva, assim como nos espaços de conversação cotidiana de beneficiárias das cidades de Campinas e Belo Horizonte (Marques, 2009, 2010). Ao longo da pesquisa, foram reunidas cerca de 76 imagens de periódicos de grande circulação nacional e que mantinham bancos de dados digitalizados e acessíveis ao público, como *Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo* e *O Globo*. Tais imagens retratam beneficiários e beneficiárias do Programa, as quais nos auxiliaram a elencar os enquadramentos midiáticos utilizados para construir os argumentos que alimentaram o debate social. Ampliando um pouco mais a escala temporal de coleta dessas imagens e restringindo seu escopo à representação e enquadramento de mulheres beneficiárias, chegamos a um total de 120 imagens, entre as quais escolhi algumas para compor a reflexão pretendida neste texto.

Parti do pressuposto de que, certas imagens da pobreza e de mulheres empobrecidas, e seus diferentes enquadramentos produzidos institucionalmente e midiaticamente, ao conduzirem condutas, configuram uma forma de governamentalidade neoliberal (Fassin, 2010, 2015; Rago, 2017) que estrutura o eventual campo de ação dessas mulheres. Por isso, o aparecer de sujeitos empobrecidos nas imagens institucionais midiáticas envolve uma operação delicada de enquadrar o enquadramento (Butler, 2015), ou seja, interpelá-lo em busca das fissuras que nos indicam que a moldura não consegue determinar de forma precisa o que vemos, pensamos, reconhecemos e apreendemos. Além disso, o enquadramento que torna sujeitos marginalizados visíveis nos discursos midiáticos geralmente contribui para intensificar sua precariedade e apagamento.

O objetivo com a análise de algumas imagens fotojornalísticas era o de perceber como (e se) o rosto e as formas de vida sensíveis desses sujeitos podem “aparecer” nessas imagens a despeito da constante utilização de um léxico que, geralmente, ao conferir-lhes visibilidade os invisibiliza ainda mais a partir de uma lógica de registro que considera discursos já enraizados sobre pobreza, assistencialismo, dependência, vulnerabilidade e estigmas de gênero. O que, na imagem, pode tornar problemática e “estranha” a precariedade e fornecer elementos que não coincidam com a vida gerenciável pelo poder do Estado (a polícia em Foucault)?

A leitura dessas imagens visa evidenciar a busca por reconhecimento não como uma questão de políticas gerenciais do governo, mas, sobretudo, como invenção da cena polêmica de aparência e agência (Rancière, 1995, 2004), de apropriação e cuidado dessa exposição por meio da qual se inscreve o gesto, a palavra e o corpo do sujeito falante, e na qual esse sujeito é constituído por meio de enquadramentos que promovem a conexão e a desconexão entre os múltiplos nomes e modos de apresentação de si que o definem. Argumentamos que há uma batalha no interior de algumas imagens entre o poder biopolítico de controle dos corpos coletivos (Foucault, 1980, 1981) e a biopotência (Fassin, 2009) presente no modo como os fotografados deixam entrever relâmpagos de resistências em seus corpos, gestos e expressões, permitindo a emergência do rosto (Lévinas, 2007, Butler, 2011). O rosto se ergue na fotografia jornalística, argumento, no jogo de conexão e desconexão entre os múltiplos nomes e modos de apresentação que definem os beneficiários e as mulheres beneficiárias do Programa na composição dos enquadramentos.

De modo a investigar a dimensão política e ética dessas imagens, elas foram agrupadas em dois eixos principais de significação: a) imagens sem rosto: nelas o rosto não consegue fazer sua aparição ainda que a face humana esteja retratada; b) o rosto na imagem/o rosto da imagem: nelas o rosto se apresenta como um apelo, um chamado que nos é endereçado e nos alerta para a precariedade e vulnerabilidade da vida do outro e da nossa própria vida.

### 3. Imagens sem rosto

Se considerarmos o rosto, a partir das reflexões propostas por Butler e Lévinas, como expressão radical da alteridade, como aquilo que confere humanidade aos sujeitos, podemos apontar duas formas principais de apagamento do rosto das mulheres beneficiadas pelo programa Bolsa-Família. Uma delas refere-se à diluição dos corpos femininos na paisagem árida e ressequida característica do nordeste brasileiro, primeira região a ser contemplada com os recursos do programa. Esses corpos passam a ser outros elementos. A outra, refere-se ao um paradoxo instaurado entre a visibilidade da face e a invisibilidade do rosto. Dito de outro modo, a face das mulheres beneficiadas passa a se aproximar da objetiva que as fotografa, contudo, apesar dessa visibilidade adquirida pela face, não emerge daí um rosto, no sentido lévinasiano, uma vez que as mulheres são reduzidas à uma identidade socialmente atribuída e que não deixa suas vozes se transformarem em fala (dizeres que alcançam uma escuta e uma interpelação recíproca).

A primeira imagem que desejo analisar ilustra uma matéria feita no início de 2003, ano em que o Programa Fome Zero é apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e pouco a pouco, vai se transformando no Bolsa-Família. Vemos, em primeiro plano, um jumento, atrás dele uma mulher que carrega água e, no pano de fundo, a presença dos elementos que rotineiramente integram o enquadramento imagético da miséria no Brasil: o solo e vegetação ressequidos, uma casa muito humilde e a opressora luminosidade do calor da região nordeste. Vale salientar que a cidade de Guaribas é apontada como “marco zero” do Programa, pois foi a primeira cidade a receber o repasse de verbas. (Imagem 1).

Esse enquadramento não nos permite ver com clareza a face da mulher, oculta entre um pano e silenciada pelos elementos da paisagem que devem configurar uma leitura predominante sobre quem são os pobres que devem ser ajudados pelo governo e onde se localizam. Há também uma possível interpretação que deriva dessa imagem: a sobreposição entre o burro, a mulher, a casa e a opressiva paisagem nos levam a pensar em uma vida “animalizada”, no sentido da ausência de autonomia, de posse da palavra, de alternativas e



EM GUARIBAS, uma moradora leva na cabeça um galão de água

Imagem 1. Fotografia de José Alves Filho.

Fonte: Ribeiro, E. Fome Zero expõe a face cruel da miséria. *O Globo*, O País, 29-01-2003, p. 8.

Legenda: Em Guaribas, uma moradora leva na cabeça um galão de água.

escolhas que não sejam aquelas proporcionadas pelo auxílio “divino” ou pela “benesse” do governo. A estetização da pobreza, em preto e branco, transforma a miséria em arte sem desconstruir os quadros de sentido que nos levam a apreender a pobreza por uma dimensão moral que avalia e julga os modos de vida e as existências.

Essa imagem pode ser considerada como emblemática do registro da situação das mulheres beneficiárias pelo Programa entre 2003 e 2009, em média, uma vez que nesse período os enquadramentos tendem a dissolver os corpos na paisagem de modo que as condições e possibilidades de subjetivação aparecem determinadas por sua inserção geográfica prévia, e por ideologias que inserem e restringem a mulher nordestina ao contexto doméstico, à maternidade e à subserviência ao marido. Podemos compreender essas imagens sem rosto como síntese de uma narrativa que associa pobreza, seca, nordeste e dependência, sendo originada por um sistema representativo e de relações estabelecidas a priori que define o seu modo de apresentação e figuração em uma narrativa específica sobre o pobre e a pobreza.

Como destaca Butler (2011), esquemas normativos e midiáticos de inteligibilidade estabelecem aquilo que será e não será apreendido e reconhecido como digno de valor. Os enquadramentos são, para ela operações de poder que diferenciam as vidas que podemos apreender e valorizar daquelas que não podemos. Os termos, as categorias, as convenções e as normas gerais que agem nos dispositivos de enquadre moldam, por exemplo, um ser vivo em um sujeito reconhecível por meio da apreensão, isto é, uma forma de conhecimento associada ao sentir e ao perceber, sem utilizar conceitos. O problema, segundo Butler (2015, p. 20) “não é apenas saber como incluir mais pessoas nas normas existentes, mas sim considerar como as normas existentes atribuem reconhecimento de forma diferenciada”.

É muito importante ressaltar aqui que as análises aqui empreendidas não pretendem reduzir a complexidade envolvida na operacionalização do Programa Bolsa-Família aos enquadramentos produzidos pela mídia. Em outros trabalhos já desenvolvidos (Marques, 2009; Marques, 2010) mostro como a dinâmica comunicativa, de produção da autonomia política e de redistribuição de recursos associada ao reconhecimento social promovida por esse programa é essencial para a subjetivação política de mulheres empobrecidas. Não se trata aqui de depreciar os vários méritos desse programa social, mas de evidenciar várias das ambiguidades presentes na sua configuração imagética.

Uma dessas ambiguidades pode ser verificada na Imagem 2: ela revela uma mudança de enquadramento nas imagens das mulheres beneficiárias entre os anos de 2010 e 2013. Pode-se agora visualizar melhor a face no retrato - geralmente localizando a mulher em contexto doméstico (dentro ou fora da casa, mas a casa ainda é elemento central do cenário), muitas vezes enfatizando o corpo de baixo para cima (empoderamento), e outras de cima para baixo (sujeição).

As mulheres ganham nome, algumas citações diretas no corpo do texto da matéria, mas continuam a figurar em narrativas que as apresentam como heroínas do cotidiano, exemplos a serem seguidos, cujo mérito é inquestionável. A Imagem 2 mostra

uma mulher avaliada pelo discurso jornalístico como “merecedora” do benefício por ter conduzido dignamente sua existência, apesar da extrema penúria. De modo específico, essa imagem nos revela como, nos primeiros anos de instituição do Programa, as mulheres beneficiárias eram “compelidas” a provar sua condição de precariedade para ter acesso ao benefício.



MORADORA de São Francisco de Itabapoana mostra as carteiras das ajudas que recebe.

Imagem 2. Fotografia de Michel Filho, *O Globo*.  
Fonte: Weber, D. Governo suspende novos benefícios no país. *O Globo*, *O País*, 21-09-2004, p. 3.  
Legenda: Moradora de São Francisco de Itabapoana mostra as carteiras das ajudas que recebe.

Assim, se de um lado conheço os aspectos positivos promovidos pelo programa e seus impactos na emancipação de mulheres empobrecidas, percebo também, junto com Butler (2004, 2011) e Rago (2017), que a precariedade se tornou um modo hegemônico de governo que tem forte incidência como governamos a nós mesmos. A precariedade pode ser tanto a condição de vulnerabilidade que nos aproxima e nos abre às demandas de reconhecimento da alteridade, quanto à forma neoliberal de regulação, controle e poder que orienta e determina nosso campo de ações, ameaçando-nos com a insegurança e o caos. A governamentalidade neoliberal requer a precariedade como modo de vida, como princípio organizador e controlador por meio do qual se enraízam práticas biopolíticas.

Exibir-se, exibir a precariedade, relatá-la em narrativas, formulários padronizados e entrevistas com assistentes sociais são exemplos de processos biogitimatadores em que também o corpo é usado como “fonte de direitos”, numa espécie de exigência a priori, de pré-condição para o acesso a políticas sociais. Quanto mais deteriorados forem os corpos

e os locais de moradia, mais aptos parecem estar os sujeitos a receberem benefícios. Afetos e leis, piedade e justiça passam a ser delineados em cada “caso” analisado. Instaura-se uma modalidade de governo biopolítico no qual corpos precários são fundamentais. Sob esse aspecto, Fassin (2015) argumenta que uma combinação entre políticas gerenciais e políticas de sofrimento (pautadas pela requisição e coleta de narrativas de fracasso, associadas a um tratamento compassivo) conduz a uma redefinição dos valores e afetos que definem um tipo de senso comum de nosso tempo.

É interessante perceber que a mulher em primeiro plano na Imagem 3 não olha diretamente para o leitor e ainda sugere, pelo olhar oblíquo, um tipo de desconfiança, de medo. A senhora que aparece ao fundo da imagem, desfocada, também olha em outra direção, como se não pudesse encarar as lentes/leitor. O texto da matéria revela que, por medo de ficar sem o recurso do programa, muitas vezes Rosana se recusa a procurar emprego. É importante mencionar que a maioria das matérias de denúncia de irregularidades trazem os olhares das mulheres desviando da câmera. Também a postura corporal denota desconforto e constrangimento.

Em tom acusatório, o enquadramento não só silencia essas mulheres e não permite que suas faces interpelem os leitores, como também dá a entender que elas reconhecem agir de maneira inadequada àquilo que socialmente é entendido como postura ética daquele sujeito contemplado por um auxílio do governo. Há nesse enquadramento das mulheres uma forma de violência que as condena e as sentencia à culpa. Como se essas mulheres fossem menos dignas de valor do que aquelas que

conseguem enfrentar e sustentar um olhar diante do leitor que presumivelmente as interroga e avalia suas condutas.

O dom representado pelo auxílio passa a ser, portanto, mais uma obrigação que um direito, além de autorizar uma investigação sobre suas vidas para tematizar o esforço ou fracasso na busca por empregos, melhorias de vida, demonstração de responsabilidade e ética junto aos filhos, à sociedade e na gestão de seus recursos financeiros (Fassin, 2010, 2015). Quando se trata de retratar mulheres dentro da tematização de fraudes ou má fé no usufruto dos recursos é possível ver funcionar, via enquadramento midiático, a punição que a sociedade inflige a condutas morais consideradas repreensíveis.

Em nosso corpus, muitas das imagens fotojornalísticas que conferem visibilidade ao Bolsa-Família e seus índices de sucesso traduzem a emancipação feminina como sucesso econômico individual e meritório, pouco revelando as contingências que atravessam o leque de experiências e escolhas disponíveis à mulher empobrecida. O reconhecimento ideológico dessa mulher como responsável, criativa e empreendedora influencia no modo como configura seu projeto de vida, adaptando-o, não raro, muito mais às necessidades da governamentalidade neoliberal do que às suas próprias (Rago, 2017).

As 3 imagens até então analisadas nos são apresentadas através de enquadramentos que não conseguem preparar o visível para a aparição sensível do rosto sob a forma de uma interpelação ética (no sentido Levinasiano) diante da expressão de uma agonia, do sofrimento e de uma insegurança



Imagem 3. Fotografia de André Coelho, *O Globo*.  
 Fonte: Weber, D. Bolsa Família: mais de 1,6 milhão de casas abriram mão do benefício. *Jornal O Globo*, 07-05-2013.  
 Legenda: Rosana não quer carteira assinada por temer perder Bolsa Família.



por meio da qual atentamos para a precariedade da vida do Outro (Butler, 2015).

Diante desses aspectos, Fassin (2009) destaca que as políticas públicas sociais desempenham hoje um papel fundamental no gerenciamento biopolítico dos corpos e dos modos de ser, caracterizando uma governamentalidade que corresponde à racionalização da arte de governar e não à prática do governo. Indago criticamente sobre a tensão existente entre dois processos que moldam esse programa: por um lado, há melhorias substanciais nas condições de vida e nos agenciamentos autônomos para a gestão do próprio bem-viver. Por outro, os discursos da comunicação pública do governo e dos veículos jornalísticos tradicionais insistem em apresentar, com grande frequência, representações estigmatizantes das mulheres beneficiárias modeladas por enquadramentos biopolíticos de controle. Representações essas que dificultam a aparição do rosto dessas mulheres. Há um descompasso entre avanços sociais e políticos e a forma como são apresentados textualmente.

### 3.1. Pode a imagem revelar o rosto?

O Rosto levinasiano deve ser entendido para além da sua manifestação concreta da face humana, podendo se manifestar muitas vezes em caráter indicial no rosto concreto, mas apontando para o Infinito das alteridades; ao mesmo tempo que o vejo, o Rosto não se deixa reduzir às denominações do percebido.

(...) pergunto-me se podemos falar de um olhar voltado para o rosto, porque o olhar é conhecimento, percepção. Penso antes que o acesso ao rosto é, num primeiro momento, ético. Quando se vê um nariz, os olhos, uma testa, um queixo e se podem descrever, é que nos voltamos para outrem como para um objeto. (...) A relação com o rosto pode, sem dúvida, ser denominada pela percepção, mas o que é especificamente rosto é o que não se reduz a ele (Lévinas, 1980, p. 77).

É muito importante salientar que Lévinas (1999, 2011) não percebe o rosto como imagem representativa do sujeito, pelo contrário. Para ele a expressividade do Rosto ultrapassa a imagem plástica que possamos lhe atribuir, embora o

Rosto ofereça tal imagem como um resto da desconstrução que promove em sua passagem pela expressão. A imagem, assim, seria o resto de algo que não se deixa capturar de forma total, já que para o autor, “o fenômeno é ainda imagem, manifestação cativa de sua forma plástica e muda, a epifania do rosto é viva” (1972, p. 51).

Lévinas (1980) ressalta que a abordagem do rosto é o mais básico modo de responsabilidade, pois me remete ao outro diante da morte, olhando através dela e a expondo. Dito de outro modo, o rosto é o outro que me pede para que não o deixe morrer só, como se o deixar seria se tornar cúmplice de sua morte. Portanto, o rosto diz a mim: não matará.

Uma imagem fotográfica pode trazer à tona o rosto levinasiano? Quem nos auxilia a pensar sobre essa questão é Judith Butler (2011, p. 18), para quem o rosto parece consistir em uma série de deslocamentos que dão origem a “uma cena de vocalização agonizante”. Inspirada pela afirmação feita por Lévinas de que o “rosto fala”, ela assinala que o rosto “parece ser uma forma de som, o som da linguagem evacuando seu sentido, o substrato sonoro da vocalização que precede e limita a entrega de qualquer significado semântico” (2011, p. 18). Esse entendimento do rosto como “vocalização sem palavras do sofrimento”, nos remete ao reconhecimento do que está além da imagem, a voz de um enigma e, aquém da representação, o Outro que o antecede no fenômeno do face a face. A singularidade do sujeito lança o observador ao enigma da interlocução, o que desconstrói nossos modelos automatizados de percepção.

Ainda que Lévinas (1999) argumente a favor de um rosto que não pode ser contido na face humana – uma vez que o rosto é a presentificação da precariedade da vida, do sofrimento que não se deixa representar – ele menciona que algumas expressões humanas podem ser significadas (substituídas por signos) a partir do rosto humano: figura que representa a dor, um clamor, uma demanda, uma finitude. Mas, ainda assim, a representação da face não dá conta de expressar o humano. O que há de irrepresentável no rosto não pode ser capturado por um dispositivo de visibilidade que tente apagar sua falha em representar a alteridade. Assim, uma representação bem-sucedida do rosto deveria falhar em capturar

o referente e evidenciar essa falha. “O humano é aquilo que limita o sucesso de qualquer prática representacional. O rosto não é apagado nessa falha de representação, mas é constituído exatamente nessa possibilidade” (Butler, 2011, p. 27). Para Lévinas (1999), não há como uma representação imagética traduzir o “humano”, pois a representação reduz os traços complexos do referente capturado, impedindo-nos de “escutar” o rosto (sofrimento vocalizado, por exemplo) através da imagem e afastando-nos da precariedade do Outro.

A representação nos revela que há violência na moldura do que é mostrado. Esta violência encaixa perfeitamente os rostos na moldura daquilo que pode ser dito e daquilo que pode ser mostrado, sem hiatos, sem faltas ou sobras. Assim, estaria a imagem destinada a invisibilizar o rosto, ou seja, silenciando seu clamor e apagando sua unicidade em uma generalidade?

#### 4. O rosto na imagem e o povo

As imagens da pobreza e dos sujeitos empobrecidos que compõem nosso corpus em geral ganham corpo por meio de enquadramentos que destacam a vulnerabilidade, a ausência de esperança e a extrema precariedade da vida e dos vivos. Quando se trata de enquadrar sujeitos que se beneficiam de programas sociais como o Bolsa-Família tudo se complica mais um pouco, pois à precariedade soma-se a dependência.

O sujeito político age, então, para retirar os corpos de seus lugares assinalados, libertando-os de qualquer redução à sua funcionalidade. Ele busca configurar e (re)criar uma cena polêmica sensível na qual se inventam modos de ser, ver e dizer, promovendo novas subjetividades e novas formas de enunciação coletiva. Essa cena possibilita a emergência de sujeitos de enunciação, ou seja, o povo: capaz de elaboração e manejo dos enunciados, a instauração de performances e embates aí travados, colocando em jogo a igualdade ou a desigualdade dos parceiros de conflito enquanto seres falantes (Marques, 2014).

O “povo”, de acordo com Rancière (1995, 2004) e

Butler (2016) não é uma identidade predefinida, mas envolve o processo político por meio do qual os sujeitos se tornam corpos coletivos que se fortalecem no prolongamento dos atos, da inventividade, do barulho e das vozes que se tornam falas, passíveis de serem compreendidas, escutadas e consideradas em debates coletivos.

Na Imagem 4, há uma assembleia de mulheres que revela olhares atentos e vivazes (sem o registro da súplica que é tão comum nas imagens), bocas abertas articulando palavras e protestos, rostos e gestos que se configuram em uma expectativa ativa, em uma produção de presença no espaço público da discussão sobre a fome. Corpos que se juntam para confirmar sua existência plural e configuram uma situação enunciativa que requer a saída do ambiente doméstico e a performance no âmbito da expressão política.

Corpos se reúnem em assembleia precisamente para mostrar que são corpos, e para deixar que saibam o que significa politicamente persistir como corpo nesse mundo, e quais requisitos precisam ser satisfeitos para que esses corpos sobrevivam, e que condições tornam possível a vida de um corpo, que é a única vida que temos, e que pode finalmente ser vivível (Butler, 2016, p. 63).

A Imagem 4 nos faz lembrar da importância de se alterar o imaginário e os enquadramentos midiáticos que circundam o sujeito empobrecido isolado, sem vínculos, sem participação na política,



Imagem 4. Fotografia de Ed Ferreira.  
 Fonte: Dantas, F. *Miséria zero, a próxima etapa*. Estado de São Paulo, Aliás, 16-01-2005, p. 13.  
 Legenda: Bom rumo: principal programa federal pode ser embrião de políticas públicas que não se limitem à mera transferência de renda e fiscalizem melhor os resultados.

sem voz, e configurar, por meio da redefinição dos enquadramentos imagéticos, conferindo-lhe uma outra sintaxe para narrarem suas existências e demandas.

Os corpos e rostos femininos que aparecem nessa imagem fazer emergir um sujeito político coletivo, mobilizado não por uma identidade social que declara sua precariedade, mas pelo desafio que lançam “às formas de poder policial e econômico que sequestram incessantemente as chances que uma vida possui de se tornar vivível” (Butler, 2016, p. 60), sem contentar-se apenas com a sobrevivência.

Por isso, a assembleia permite o aparecimento do rosto como ato de palavra, um ato de soberania e autonomia que trabalha contra a óbvia e natural disposição dos corpos e das formas de enunciação. A assembleia, segundo Butler (2016), abrange uma pluralidade de corpos mobilizados em uma forma de demonstração de resistência e de igualdade diante de uma crescente desigualdade. Ela fala através de uma pluralidade de faces e corpos que configuram ações e produzem um povo através de uma “autodesignação compartilhada com os outros” (Butler, 2016, p. 59). Um povo e sua formação não necessitam, segundo Butler, de uma unidade, mas tem sua emergência em um conjunto de debates nos quais definem o que querem e quais agenciamentos irão utilizar.

Sob esse aspecto, o conceito de *demos* está intimamente ligado à noção de “sem-parte”: estes, de acordo com Rancière (2004, p. 35), não são grupos sociais (ligados a raça, pobreza, trabalho - não são os negros, pobres ou trabalhadores) e sim “formas de inscrição” que dão a perceber uma “conta dos que não são contados” para integrar uma comunidade política. Esses grupos e sujeitos inscrevem, sob a forma de um suplemento às contas das partes da sociedade, uma figura específica da “conta dos não contados” ou da “parte dos sem-parte”. Os sem-parte “sobram” em uma forma de contar os sujeitos que não deve permitir excessos ou faltas.

A metáfora é bastante sugestiva: um sem-parte não é um pobre ou um trabalhador propriamente dito, mas a forma como esse pobre e esse trabalhador conseguem, por meio de uma operação enunciativa (argumentativa e performática), marcar, traçar, fazer

aparecer como problema um hiato, uma ruptura na qual a ordem consensual insiste em operar e manter a inclusão de todos e a adequação de cada um a um lugar e a uma ocupação. Dito de outro modo, essas operações enunciativas que constituem a agência do sujeito político, dão a ver um suplemento onde parecia haver uma correspondência exata entre corpos e lugares sociais.

## 5. O rosto da imagem e a poética do cotidiano

Quando o programa Bolsa-Família completou 10 anos, em 2013, várias reportagens jornalísticas foram produzidas de modo a revelar suas conquistas e falhas. Neste ano, além dos três veículos que já compunham nosso banco de coleta de dados, decidimos coletar outras imagens fotojornalísticas em veículos distintos, incluindo revistas como *Veja*, *Isto é*, *Carta Capital* e *Nova Escola* (a escolha deste veículo se justifica porque uma das principais condicionalidades do programa e, como consequência, parâmetro de avaliação de seu sucesso, relacionava-se ao compromisso das famílias em manter os filhos na escola). Não foi realizada uma busca sistemática, mas um apanhado geral de reportagens que se relacionassem ao Bolsa-Família.

Uma dessas reportagens, publicada pela revista *Nova Escola* em 2015, trouxe oito imagens de famílias beneficiadas entre as quais uma nos chamou a atenção em particular (ver Imagem 5). Ela mostra o interior da casa de Maria do Carmo Oliveira Alves, moradora de Itatira (CE), mãe de sete filhos. Em imagem que aparece antes dessa, Maria do Carmo e as crianças são fotografadas em frente à fachada da casa, compondo o típico enquadramento conferido às famílias pobres assistidas: importa mais o cenário de desolação, secura e dificuldade do que a singularidade dos sujeitos (seus rostos e corpos são diluídos na paisagem). Nessa imagem, em uma composição que combina o claro e o escuro (a penúria e a esperança), destacam-se o fogão a lenha, o fecho de luz que penetra na cozinha pelo telhado, a porta de entrada com frestas que deixam entrar a luz

do dia e tornam a casa e a intimidade porosa ao mundo, os utensílios sobre a pia e pendurados nas paredes de tijolos.



Imagem 5. Fotografia de Anna Rachel Ferreira, *Nova Escola*.  
 Fonte: Camilo, C. Bolsa-Família: mais alunos, menos pobreza. *Nova Escola*, ed. 278, dez. 2014- jan. 2015.  
 Legenda: Vida na pobreza. Mesmo com o recebimento do benefício, Maria do Carmo e as crianças vivem com recursos limitados. Na casa sem revestimento, os poucos utensílios de cozinha e limpeza se amontoam na pia.

Essa imagem, ao privilegiar os objetos e sua disposição nos espaços cotidianos de habitação e existência, nos levam a pensar em como o fotojornalismo pode, em algumas circunstâncias, nos oferecer enquadramentos em que os espaços e paisagens devolvam não só a singularidade dos seres e eventos, mas também suas pontes com o comum. Essas imagens nos trazem algo da existência das mulheres e de seus filhos por meio de seus objetos de uso cotidiano e “cada uma dessas coisas faz parte de uma existência que é totalmente atual, inevitável e irrepetível” (Rancière, 2011, p. 293). Assim, “dar-se conta, ainda que minimamente, dessas existências e de seu lugar no mundo só é possível se estabelecermos passagens entre os objetos e o todo irrepresentável que se exprime em sua atualidade” (Rancière, 2011, p. 294).

Essa imagem tem um rosto que ganha seus contornos a partir da potência (biopotência) que possui em dar forma ao comum que reside nas experiências prosaicas do cotidiano. Ao mesmo tempo, o rosto resiste infinitamente a nossos esforços de aproximação e apropriação, constituindo-se entre um fundo comum (comunidade) e a face singular. Assim, o modo de interação instaurada pelo rosto apresenta-se, ao mesmo tempo, como uma abertura à comunicabilidade e uma forma de expressão do

comum e da comunidade.

O rosto em Lévinas (2007), como vimos, não se confunde com a face humana e é descrito como forma de “aparição”, exposição íntegra, sem defesa, abrindo-se para a perspectiva da transcendência, sem deixar-se confundir com aquele que está além. Ambos destacam que comum ao qual a face nos oferece acesso indica nossa precariedade e desamparo, ou seja, o fato de que todos nós estamos submetidos à interpelação alheia sobre a qual não temos controle. De acordo com Butler, “a vida precária é a condição de estar condicionado, na qual a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro” (2015, p. 33). Segundo ela (2004), há formas de distribuir a vulnerabilidade de modo que certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Assim, a precariedade (que também está expressa nessas duas imagens) é a condição generalizada, compartilhada e comum da vida humana.

É justamente no bojo dessa condição precária que o trabalho da criação política do “nós” requer a modelagem de um comum. O “comum” é, ao mesmo tempo, o que une e o que separa, o consenso e o dissenso, a rendição e a resistência. Ele pode ser descrito como a “dimensão intervalar na qual nos remetemos uns aos outros e a nós mesmos”, configurando-se por meio da “instituição de intervalos que ligam sujeitos e realidades, sem englobá-los nem integrá-los” (Tassin, 1992, p. 33).

O comum é menos aquilo que é “próprio” de um grupo ou de uma cultura e mais o lugar de exposição e aparecimento dos intervalos e das brechas que permitem uma ação comum através da linguagem, de modo a promover não apenas formas de “ser em comum” (que muitas vezes apagam ou incorporam diferenças, suprimindo singularidades), mas formas de “aparecer em comum”. Eis aqui uma questão central: o “comum” de uma comunidade diz do “aparecer” dos sujeitos e de seus rostos na esfera de visibilidade pública, ao mesmo tempo como interlocutores dignos de respeito e estima e como sujeitos poéticos, cuja potência da vida é constantemente renovada.

Segundo Rancière (2012, p. 65), a política da estética “consiste na elaboração do mundo sensível

do anônimo, dos modos do isso e do eu, do qual emergem os mundos próprios do nós político". Isso implica construir outras formas de senso comum (dados partilhados por todos), outras comunidades de palavras, formas e significados. Outros enunciados que possam fazer com que o "território visualmente banalizado da miséria e da margem seja devolvido à sua potencialidade de riqueza sensível e compartilhável" (Rancière, 2012, p. 78).

A nosso ver, o rosto dessa imagem se serve da materialidade dos lugares para produzir um gesto de convocação, uma disposição favorável às trocas. A ausência da figura humana potencializa as cenas, pois obriga nosso olhar a percorrer as superfícies, os objetos, as formas, lendo outramente o visível em busca de um sensível que não pode ser contido na imagem. O rosto precisa da imagem para nos fornecer algumas pistas para sua escuta, mas o sensível vai além da imagem, nos convida a explorar os possíveis. O rosto da imagem endereça uma forma de convocação à vinda, promovendo um dizer e uma voz capazes de iniciar o vai e vem da interpelação, da resposta e da responsabilidade

## NOTAS

<sup>1</sup> Este artigo foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig).

<sup>2</sup> Didier Fassin (2006, 2010) afirma, inspirado em Foucault, que o governo dos seres humanos instaura práticas de avaliação moral e ética que julgam e apreciam, de modo velado, as existências e seu valor. A avaliação moral das vidas permanecem implícitas e visam apreender as formas e sistemas de apreciação que indicam quais vidas valem a pena serem vividas. Nesse aspecto, sua reflexão se aproxima daquela feita por Judith Butler em *Quadros de Guerra e Vidas precárias*, em que ela indaga sobre quais vidas devem ser pranteadas e quais não mereceriam o menor sinal de reconhecimento e dignidade.

<sup>3</sup> Scolese, E. & Leite, P. D. Vale a pena governar o país, diz presidente. *Folha de São Paulo*, Brasil, A12, 21-10-2005.

<sup>4</sup> Goes, A. Mãe solteira resiste mais a trabalho infantil. *Folha de São Paulo*, Cotidiano, 08/05/05, p. C1.

<sup>5</sup> As imagens aqui analisadas integram o corpus da pesquisa "O enquadramento biopolítico de pessoas empobrecidas: entre o governo dos corpos e a biopotência de modos de vida na imagem fotográfica", financiada pelo CNPq, bolsa de produtividade em pesquisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Butler, J. (2004). *Precarious Life*. London: Verso.

Butler, J. (2011). Vida precária. *Contemporânea. Revista de Sociologia da UFSCar*, 1, 13-33.

Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Butler, J. (2016). We, the people: thoughts on Freedom of Assembly. In A. Badiou, et al. *What is a people?* Columbia University Press.

Cabanes, R. & Georges, I. (2014). Gestion de la pauvreté et enterpreneuriat de soi: un nouveau compromis de gouvernement au croisement des politiques sociales et néoliberales? *Brésil(s)*, 6, 7-15.

Fassin, D. (2006). Souffrir par le social, gouverner par l'écoute: une configuration sémantique de l'action publique. *Politix, Paris*, 19(73), 37-157.

Fassin, D. (2009). Another politics of life is possible. *Theory, culture & society*, 26(5), 44-60.

Fassin, D. (2010). Évaluer les vies: essai d'anthropologie biopolitique. *Cahiers internationaux de Sociologie*, 128(128), 105-115.

Fassin, D. (2015). *At the Heart of the State: the moral world of institutions*. Pluto Press.

Foucault, M. ([1981] 2003). Omnes et singulatim. In M. B. da Motta (ed.). *Ditos e Escritos IV, Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 355-385.

Foucault, M. (1980). Poder de morte e direito sobre a vida. In *História da Sexualidade. A vontade de saber* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Graal, 127-152.

Fraser, N. (1987). Women, Welfare and the Politics of Need Interpretation. *Thesis Eleven*, 17, 13-27.

Lautier, B., (2012), La diversité des systèmes de protection sociale en Amérique Latine : une proposition de méthode d'analyse des configurations de droits sociaux. *Revue de la régulation*, 11, 45-59.

Lévinas, E. (1980). *Totalidade e infinito*. Lisboa: Edições 70.

Lévinas, E. (1999). *Alterity and transcendence*. New York: Columbia University Press.

Lévinas, E. (2005). *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*. Petrópolis: Vozes.

Lévinas, E. (2007). *Ética e infinito*. Lisboa: Edições 70.

Lévinas, E. (2011). *De outro modo que ser ou para lá da essência* (Trad. J. L. Pérez & L. L. Pereira). Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

Marques, A. (2009). Espaços institucionais e processos de participação cívica de mulheres pobres no contexto do

Programa Bolsa-Família. *Revista do Observatório do Milênio de Belo Horizonte*, 2, 121-137.

Marques, A. (2010). A deliberação a longo prazo no espaço de visibilidade mediada: o Bolsa-Família na mídia impressa e televisiva. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 7, 273-285.

Marques, A. (2013). Três bases estéticas e comunicacionais da política: cenas de dissenso, criação do comum e modos de resistência. *Contracampo*, 26, 126-145.

Marques, A. (2014). Política da imagem, subjetivação e cenas de dissenso. *Discursos Fotográficos*, 10, 61-86.

Rago, M. (2017). Foucault, o neoliberalismo e as insurreições feministas. In M. Rago & S. Gallo (Orgs.). *Michel Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?* São Paulo: Intermeios, 363-374.

Rancière, J. (1995). *La Mésentente – politique et philosophie*. Paris: Galilée.

Rancière, J. (2004). *Aux bords du politique*. Paris: Gallimard.

Rancière, J. (2007). Le travail de l'image. *Multitudes*, 28, 195-210.

Rancière, J. (2010a). Ten Thesis on politics. In *Dissensus: on politics and aesthetics* (Trad. e Ed. Steven Corcoran). Londres: Continuum, 27-43.

Rancière, J. (2010b). The ethical turn of aesthetics and politics. In S. Corcoran (Ed). *Dissensus: on politics and aesthetics*. Londres: Continuum, 184-202.

Rancière, J. (2011). *Aisthesis*. Paris: Galilée.

Rancière, J. (2012). *O espectador emancipado*. São Paulo: Martins Fontes.

Tassin, E. (1992). Espace commun ou espace public? L'antagonisme de la communauté et de la publicité. *Hermès*, 10, 23-37.